



A relação da esfera pública e da esfera privada na visão da mídia hegemônica: a quem pertencem as praias cariocas?

The relationship of the public sphere and the private sphere in view of the mainstream media: who owns Rio's beaches?

La relación de la esfera pública y de la esfera privada en la visión de los medios de comunicación hegemónicos: ¿a quién pertenecen las playas cariocas?

Bruna Avelar (CMA, Unifal/Varginha-MG)

Gustavo Ximenes Cunha (UFMG/Belo Horizonte-MG)

Resumo

Investigamos a propensão da mídia hegemônica em representar os espaços públicos como se fossem ou como se devessem ser privados, através do discurso como instrumento de poder e construção social da realidade. Para tanto, utilizamos a Análise Crítica do Discurso, com base na obra de Fairclough, para analisar a reportagem “Sol, Mar e Organização”, veiculada na Revista Veja. Conclui-se com a ideia de que existe uma relação dialética entre discurso e estrutura social, uma vez que, durante as análises, restou claro que essa reportagem contribui para construir um senso comum de supremacia de classe e domínio socioeconômico. Pode-se perceber a utilização do discurso como prática social com o fim de representar o posicionamento ideológico do autor, comprometendo o caráter democrático da comunicação. Nesse contexto, a análise crítica realizada apontou que a mídia hegemônica busca naturalizar hierarquias sociais.

Palavras-Chave: Público, privado, análise crítica do discurso

Abstract

We investigated the propensity hegemonic media to represent the public as if they were or should be as private through the discourse as power tool and social construction of reality. For so much, we use critical discourse analysis based on Fairclough. We analyse the report “Sun, Sea and Organization”, broadcast on Review See Magazine. We conclude with the idea that there is a dialectic relationship between discourse and social structure. The analysis shows that this report contributes to build a common sense of class and socioeconomic supremacy. The use of discourse as social practice represents the author ideological position, committing the democratic character of communication. In this context, critical discourse analysis performed pointed that the media hegemonic search naturalize social hierarchies.

Keywords: Public, private, critical discourse analysis



Resumen

Investigamos la tendencia de los medios de comunicación hegemónicos a representar los espacios públicos como si fuesen o como si debiesen ser privados, a través del discurso como instrumento de poder y construcción social de la realidad. Para ello, utilizamos el Análisis Crítico del Discurso, con base en la obra de Fairclough, para analizar el reportaje “Sol, Mar e Organização”, publicado en la Revista Veja. Se concluye con la idea de que existe una relación dialéctica entre discurso y estructura social, ya que durante los análisis, quedó claro que ese reportaje contribuye a construir un sentido común de supremacía de clase y dominio socioeconómico. Se puede notar la utilización del discurso como práctica social con la finalidad de representar el posicionamiento ideológico del autor, comprometiendo el carácter democrático de la comunicación. En ese contexto, el análisis crítico realizado señaló que los medios de comunicación hegemónicos buscan naturalizar jerarquías sociales.

Palabras Clave: Público, privado, análisis crítico del discurso

Introdução

Os meios de comunicação constituem um dos instrumentos centrais na disputa pela hegemonia nas sociedades contemporâneas. Segundo Lima (2004), as sociedades podem ser consideradas “*media-centered*”, ou seja, dependem da mídia para a construção do conhecimento público que possibilita a tomada de decisões. Ainda Gramsci (2004) conceitua o jornalismo como o veículo de formação, organização e difusão de consensos e concepções de mundo, de forma que o jornalismo não somente pretende satisfazer todas as necessidades de certa classe, mas pretende também criar e desenvolver necessidades, produzindo informações através de recortes da realidade.

Conforme Arendt (2007), quanto mais a sociedade moderna rejeita a distinção entre o que é particular e o que é público, mais ela introduz entre o privado e o público uma esfera social na qual o público é transformado em privado e vice-versa. A autora critica a perda da importância em “fazer distinções”, pois, na medida em que não se distinguem conceitos, “cada um de nós tem o direito de definir seus termos”. E essa rejeição em distinguir as esferas pública e privada se mostra de modo acentuado nos discursos que veicula a mídia hegemônica nacional.

Por isso, com essa pesquisa propomos a abordagem da relação entre a esfera pública e a esfera privada por meio de um texto midiático, isto é, a reportagem, para provocar um questionamento na interpretação do discurso hegemônico, com vistas a criar pontos de resistência, bem como construir perspectivas contra hegemônicas. Especificamente, neste trabalho, avaliamos como as categorias de análise linguística se conectam com as categorias de análise social, bem como sua interação com a estruturação social, investigamos a propensão da mídia hegemônica em representar os espaços públicos como se fossem ou como se devessem ser privados, através do discurso enquanto instrumento de poder e construção social da realidade.

Essa investigação baseia-se, em especial, nos trabalhos de Fairclough (2008, 2012), para quem o discurso é, ao mesmo tempo, uma prática social, uma prática discursiva e



uma prática textual. Como complementação à abordagem do Fairclough, serão utilizadas as contribuições de Habermas (1984) com relação a seus estudos sobre a mudança estrutural da esfera pública, para oportunizar a análise da dimensão das práticas sociais.

Inicialmente, explicitamos a relação entre a Análise Crítica do Discurso e a Ciência Social e como elas podem contribuir para as pesquisas críticas sobre mudança social. Em seguida, realizamos uma discussão teórica acerca dos conceitos de poder, ideologia e hegemonia, evidenciando não só sua definição, mas abordando sua relação com a ideologia capitalista. Ainda, em breve análise, destacamos a tendência de a esfera pública ser transpassada pela ótica da esfera privada numa possível tensão entre a subjetividade individual e a subjetividade coletiva.

Por fim, procedemos à Análise Crítica do Discurso da reportagem “Sol, Mar e Organização”, veiculada na edição da revista *Veja* de 06/01/2010. Subjaz a essa análise o pressuposto de que o mundo (as estruturas sociais) em que os jornalistas estão inseridos inevitavelmente influencia a forma como eles (re)constroem os acontecimentos ou o mundo representado no discurso. Para dar conta desse jogo de influência, analisamos a dimensão das práticas sociais, por meio de breve discussão da situação conjuntural; a dimensão da prática discursiva, caracterizando o gênero do discurso; e a dimensão textual, com a análise linguística do texto.

1. Esfera pública sob a ótica da esfera privada

Os bens de uso comum do povo trazem como traço distintivo o fato de poderem ser utilizados por todos em igualdade de condições, de forma que a soberania popular há de exercer-se no âmbito da sociedade como um todo. Santos (1994) remete-se à descontextualização da identidade na modernidade expondo as tensões entre subjetividade individual e subjetividade coletiva; subjetividade contextual e subjetividade universal. O paradigma da modernidade aspira a um equilíbrio entre a regulação social e a emancipação social. Essa trajetória social não é linear, mas é caracterizada pelo ápice do desenvolvimento capitalista resultando na proposta hegemônica da resolução da identidade moderna. Assim, em uma tensão entre subjetividade individual e subjetividade coletiva, a prioridade é dada à subjetividade individual. Na tensão entre subjetividade contextual e subjetividade abstrata, a prioridade é dada à subjetividade abstrata. O autor relata o triunfo da subjetividade individual propulsionado pelo princípio do mercado e da propriedade individual que inviabiliza a emancipação da sociedade civil, de forma que quem perde é o princípio da comunidade.

Contribui Comparato com as seguintes considerações (2010, p. 552):

Para conjugarmos o risco de consolidação da barbárie, precisamos construir urgentemente um novo mundo, uma civilização que assegure a todos os seres humanos, sem embargos das múltiplas diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, o direito elementar à busca da



felicidade. Constitui efetivamente um opróbio verificar que, no momento histórico em que parecemos nos tornar, enfim, senhores e possuidores definitivos da natureza, como anunciara Descartes, as condições de vida de três quartos da humanidade representam a negação objetiva desse direito inerente à condição humana.

Em perspectiva semelhante, Habermas (1984) critica o caráter puramente formal do Direito burguês, enfatizando que a autonomia garantida pelo direito privado só beneficiaria igualmente a todos os sujeitos de direito, à medida que iguais chances de êxito econômico permitissem a realização da igualdade juridicamente estatuída. Sob o mesmo ponto de vista, Polanyi (2000) argumenta que os interesses de uma classe se referem mais diretamente à sua posição e lugar, ou seja, ao seu status, de forma que eles são basicamente sociais e não econômicos. A causa da degradação social não é, portanto, a exploração econômica, como se presume muitas vezes, mas a desintegração do ambiente cultural.

Ao explicar sobre a mudança na estrutura social da esfera pública, Habermas (1984, p. 191) afirma que a cultura burguesa não era mera ideologia, que possuía um caráter político e se baseava no sentido grego de uma emancipação das necessidades existenciais básicas. O autor comparou os modelos de cultura burguesa, que antes possuíam caráter literário em sua matéria, aos que circulam hoje,

com o segredo de uma fabricação intencional de uma patenteada indústria cultural, cujos produtos, divulgados publicamente através dos meios de comunicação de massa, provocam, por sua vez, primeiro na consciência dos consumidores, a aparência de privacidade burguesa.

Para tanto, Habermas (1984) contextualiza a cultura no âmbito do consumo, quando os problemas passam a ser definidos como questões de etiqueta, e os conflitos, que, antes, tinham um tono de polêmica pública, passaram a ser desviados para o nível dos atritos pessoais.

2. Análise Crítica do Discurso e ciência social

Essa pesquisa tem como base teórica a obra de Fairclough (2008, 2012) no que tange à Análise Crítica de Discurso (ACD), com foco na Ciência Social, de forma a destacar a contribuição que essa análise pode trazer a pesquisas críticas sobre mudança social.

Segundo essa perspectiva, a vida social é permeada de práticas, nas quais o discurso é caracterizado como um de seus elementos, incorporando a visão de língua como um elemento integrante do processo social. As práticas são modos habituais de ação social, situados em um contexto particular. As práticas envolvem diversos elementos da vida, como: atividade material, relações sociais e processos, fenômenos mentais e discurso, que são articulados entre si. Quando esses elementos se reúnem em uma prática, passam a ser considerados como momentos dessa prática.



Dessa maneira, a vida social é vista como uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos, econômicas, políticas, culturais etc, abastecida por relações de poder. A ideologia integra a relação do discurso com os outros momentos da prática social.

Neste *interim*, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa e legitimada através do discurso, considerando que o uso sistemático de mecanismos gramaticais possui a função de estabelecer, manipular e naturalizar hierarquias sociais. Conforme estabelece Wodak (2004), a ACD procura mediar o desenvolvimento de uma consciência latente de classe, de luta por emancipação, a fim de despertar nos agentes a consciência de que, frequentemente, são enganados a respeito de suas próprias necessidades e interesses.

Essa ideia leva à conclusão de que os textos da mídia, após uma análise crítica, apresentam uma versão da realidade, podendo ser percebidos como reprodutores de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que o produzem. Portanto, a ACD interessa-se pelo discurso como instrumento de poder e controle; além do discurso como construção social da realidade.

Nessa abordagem, ganham importância central as noções de poder, ideologia e hegemonia. A partir de uma economia baseada no capitalismo, conhecimento e informação passam a ter um novo e decisivo significado, fruto de uma economia baseada no discurso operando novas formas de agir e de interagir, ditando a consecução de identidades hegemônicas. Assim, conforme Fairclough (2012), o poder pode ser traduzido a partir da análise de três objetos: dominação, diferença e resistência. Primeiro, a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. O segundo traz a reflexão sobre quem tem ou não tem acesso às formas dominantes, desmitificando a falácia da presunção de que as formas dominantes são as únicas existentes. Já a resistência associa os estilos dominantes a novos domínios colonizadores.

Da mesma forma, as relações de dominação podem ser mantidas pela fragmentação que segmenta indivíduos e grupos em que um se torna dominante com relação a outros, constituindo diferenciações sociais. De acordo com Fairclough (2008, p. 117):

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Ainda conforme o mesmo autor, a hegemonia é liderança, tanto quanto dominação nos domínios: econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. O conceito de hegemonia destaca a importância da ideologia para construir e manter as relações de dominação e permite aprofundar a questão de poder como dominação. Gramsci (1978) também conceitua hegemonia, ao dizer que é comum um determinado grupo social, em situação de subordinação em relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática. Ademais, ele ressalta que esta concepção do mundo atribuída mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e eventual.



Thompson (1995, p. 79) confirma essa posição, ao afirmar que a análise de ideologia interessa-se pelas maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com as relações de poder. Assim, ele conceitua ideologia “em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve, para estabelecer e sustentar relações de dominação”. E ainda cita que as relações de dominação podem ser estabelecidas pela universalização, apresentando acordos institucionais que atendam aos interesses de alguns como se servissem aos interesses de todos.

No mesmo sentido, Santos (1994) defende que os interesses de classe são o veículo natural da mudança social e política, já que o “desafio” é para a sociedade como um todo, porém a “resposta” chega através de um grupo, seções ou classes. Assim, os meros interesses de uma classe não podem oferecer explicação satisfatória para o processo social em longo prazo.

Trata-se da ideologia capitalista global geralmente construída como imutável e inquestionável, um simples fato da vida com que devemos nos conformar. Não há nada que tenha sido criado socialmente que não possa ser modificado no mesmo âmbito. Essas representações e distorções, que contribuem para a manutenção de relações desiguais de poder, são meramente ideológicas.

3. Análise Crítica do Discurso da reportagem “Sol, mar e organização”

Esse item tem por objetivo a Análise Crítica do Discurso da reportagem “Sol, Mar e Organização”, veiculada na Revista Veja, em 06/01/2010, e que se encontra no anexo deste trabalho. Foi selecionada tal reportagem por ela tratar da forma como a prefeitura do Rio de Janeiro promoveu o aumento da fiscalização em praias da zona sul dessa cidade. Essa análise é importante para se atingir a finalidade deste trabalho de investigar se a mídia hegemônica tem propensão em representar os espaços públicos, as praias, como se fossem ou como se deveriam ser privados, através do uso do discurso como instrumento de poder e construção social da realidade.

Vale destacar que a escolha desse veículo de comunicação – Revista Veja – aconteceu pelo fato de ele ser considerado um veículo hegemônico, voltado para um público elitista. Segundo informações da Editora Abril (2015), as plataformas de VEJA têm uma audiência de 12 milhões de pessoas, sendo: 9,3 milhões de leitores na versão impressa; 150 mil na versão digital; 2,5 milhões de visitantes únicos no portal Veja.com; 36 mil leitores no app VEJA Notícias, por semana. Além disso, a publicação ainda conta com mais de 3 milhões de seguidores de VEJA no Twitter - uma das trinta contas mais populares do Brasil – e a primeira entre os sites de notícia.

Além disso, a revista Veja é um veículo de comunicação que pretende ser hegemônico, o que fica evidente em sua missão. Conforme a Editora Abril (2015), é missão dessa revista



Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.

A apresentação das notícias selecionadas e manipuladas, sob a ótica de quem detém o poder, caminha, *a priori*, em detrimento da consciência crítica do cidadão a respeito de questões de subjetividade coletiva e busca, *a posteriori*, a naturalização de hierarquias sociais.

3.1 Identificação do problema

A ACD pressupõe a identificação de um problema relacionado ao discurso na estrutura social. Esse problema pode referir-se a atividades da vida social, ou à construção reflexiva da prática social. As noções de “esfera pública”, “esfera privada”, “espaço público”, “espaço privado” têm mudado de significado ao longo dos tempos, verificando-se uma tensão permanente entre o público e o privado que se intensifica à medida que as sociedades se tornam mais complexas, como acontece no mundo contemporâneo. De acordo com Habermas (1984), na esfera pública, os indivíduos são sempre entendidos como cidadãos, seja na condição de usuários do espaço público, seja submetidos a leis e normas impostas pelo Estado; enquanto na esfera privada os indivíduos são encarados como pessoas que defendem interesses individuais.

Sendo assim, quanto ao público a que a reportagem “Sol, mar e organização” é destinada, ele deveria ser constituído pelos cidadãos, porque a reportagem envolve acontecimentos em espaços públicos que interessam à coletividade. Mas o autor se dirige a uma instância privilegiada da sociedade, ao considerar, como veremos mais adiante, que as instituições públicas devem estar a serviço da manutenção da “ordem”, no espaço público subjetivamente tido como individual, ou seja, que deveria pertencer exclusivamente a essa classe.

Dessa maneira, o interesse geral é substituído por interesses privados, que tomam conta da esfera pública. A subversão do espaço público moderno é, assim, protagonizada pelos meios de comunicação e pela cultura de massas.

3.2 Análise das práticas sociais

O Discurso como prática social diz respeito à dimensão macrossocial do discurso, isto é, a situação conjuntural marcada por contextos sociopolítico, histórico e ideológico mais amplos. A conjuntura é a combinação ou a ocorrência de acontecimentos num dado momento. Assim, a análise se volta para a configuração de práticas em que o discurso em questão se situa.



Para tanto, vale salientar a implantação do Estado Democrático Social de Direito, instituído com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º. Sob o prisma do direito altruístico, parte-se de uma concepção neoconstitucionalista, ou ainda de constitucionalismo pós-moderno, que busca a eficácia do texto constitucional, sob a perspectiva de que ao constitucionalismo social seja incorporado o constitucionalismo fraternal e de solidariedade, afirma Lenza (2010).

Dessa maneira, cita-se, também, o artigo 3º, incisos III e IV da Carta Magna que constitui como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais”; e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Esse compromisso normativo foi imposto pela Constituição como dever da busca pela igualdade, ou seja, compromisso que busca a igualdade real, substancial e efetiva. Pretende-se, portanto, a concretização das prestações materiais prometidas para a sociedade, que possui como meta eliminar as desigualdades sociais e assegurar a plenitude do novo modelo jurídico social.

Sendo assim, consubstancia-se que ao Estado cabe a atividade interventiva nos processos de interação social a fim de eliminar todas as formas de privilégios de classes em detrimento de outras. Numa análise da conjuntura mais imediata, necessário se faz relacioná-la aos processos de produção e consumo.

Aqui, cabe uma breve discussão teórica sobre a interação entre Estado e Sociedade, a partir do ponto de vista de interesses que se chocam, com base no princípio da supremacia do interesse público. Por ser o Brasil um Estado de direito democrático, de economia capitalista, é importante notar que a convivência das esferas pública e privada – tem capacidade de intervenção na questão de ordem e poder do espaço público. Assim, a forma como a sociedade desenvolve-se é determinada por um conjunto de forças e interesses dos indivíduos, do governo e das organizações de forma complexa. Dentro dessa perspectiva, percebemos o conceito de interesse público enquanto produção de cidadania.

Os meios de comunicação, de certa forma, legitimam o poder das camadas elitistas. A hegemonia é consolidada com armas ideológicas e culturais como se fossem uma “vontade coletiva” sobre a ordem vigente, de forma que a sociedade submete-se a esses padrões, conforme Moraes (2010). Assim, a mídia hegemônica é o reflexo das elites, utilizando-se do monopólio dos meios de comunicação, em que as grandes empresas estão nas mãos das mesmas famílias por anos, como o caso do jornal paulista “Estadão” com a família Mesquita, o jornal “Folha de S. Paulo” com os Frias, a Rede Globo com os Marinho entre outros conglomerados (VELOSO 2009). Essa dominação informacional são as “amarras capitalistas” que cercam as empresas jornalísticas, de acordo com Ramonete, (1999).

Diante disso, surge a premissa de que as mídias hegemônicas transmitem ideologias que beneficiam a sua classe dominante, ou seja, enquadram suas matérias a fim de levar a esse direcionamento. Nessa perspectiva surge o questionamento de como essas mídias referem-se à esfera pública a partir da ótica da subjetividade individual.

Numa visão subjetivamente privada do espaço público, espera-se discutir as fronteiras criadas entre espaço coletivo de sociabilidade e espaço individual de desigualdade, no que tange ao distanciamento entre classes sociais, ideologicamente construído, causando um empobrecimento do horizonte cultural. Tal colocação incita remeter às proposições de Habermas (1984), que caracteriza o Estado como poder público, cuja atribuição de ser público carrega a tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos. Cita ainda que a própria “esfera pública” se apresenta como uma esfera em que o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado.

3.3 Análise da prática discursiva

Neste momento, a análise se volta para o estudo da prática discursiva, que procura localizar o Discurso em relação ao gênero, discurso e vozes, bem como caracterizar de que ordem de discurso estes são. Fairclough (2008) define gêneros como aspectos discursivos das formas humanas de ação e interação em eventos sociais, isto é, os gêneros são formas particulares de relações sociais entre agentes sociais (indivíduos, organizações e Estado). Do ponto de vista da ACD, portanto, a análise de gêneros focaliza o papel dos gêneros nas ações e interações que ocorrem nas práticas sociais.

Ainda nos termos de Fairclough (2008, p. 90-91):

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira. [...] O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.

Uma das características fundamentais da Análise Crítica do Discurso trabalhada por Fairclough (2008) é o entendimento da ordem do discurso sob o ponto de vista do processo de mudança de ordens discursivas. Esse tipo de mudança é possível por ser o Discurso uma prática social que pode provocar ressignificações dos sujeitos, do seu papel em sociedade, da vida social, bem como o estabelecimento de novas relações de poder e novas hegemonias. Isso explica como o processo de produção, circulação e recepção dos discursos ocorre em contextos institucionais particulares.

Incita ressaltar aqui as contribuições do trabalho de Foucault (1996) para as teorizações da ACD, buscando não só evidenciar a existência do discurso como um lugar, mas sim estabelecer suas ligações com o poder, tornando-o um lugar de poder. O discurso, dessa forma, não seria só o meio através do qual se exerce o poder, mas também o lugar pelo qual

se luta para exercê-lo. Luta-se por meio do discurso, no discurso e pelo discurso. O poder dentro desse lugar é uma questão de inscrição na “Ordem do Discurso”, de legitimação como pessoa que tem o direito de fala.

Assim, o texto examinado compreende o discurso jornalístico e pertence ao gênero reportagem. A análise dessa prática acontece em função da maneira como os interlocutores se representam e representam uma atividade específica. Nesse caso, o produtor da reportagem a ser analisada, “Sol, Mar e Organização”, quer fazer crer que a praia (espaço público) deve ser reservada para o lazer de certa classe econômica, reafirmando a hipótese de dominação e poder da classe que defende – a elite. Assim, o autor dialoga com um leitor que faz parte de uma classe economicamente privilegiada, com o fim de propiciar um consenso de supremacia de uma classe e domínio socioeconômico do espaço público.

3.4 Análise da prática textual

Quanto à análise do texto, esta se orienta para como o discurso articula os recursos linguísticos e semióticos. Neste item, apresentamos um estudo de toda a reportagem, focalizando os recursos textuais e discursivos que pareceram relevantes para esta análise.

O título e o subtítulo da reportagem trazem nas palavras destacadas um sentido pejorativo da ocupação recente das praias cariocas. Assim, já num primeiro momento resta clara a presença da antítese ordem/ desordem, de forma que se percebe, pelos elementos destacados, qual o posicionamento ideológico o autor irá evidenciar no decorrer do texto.

1. **Sol, mar e organização** - A prefeitura do Rio promove um *choque de ordem* para acabar com a *balbúrdia* em que se transformaram as praias cariocas.

No início do texto, observa-se uma forte carga apelativa construída pelo autor por meio da citação de dois famosos cantores de Música Popular Brasileira (MPB), e de uma canção emblemática, numa comparação entre a ocupação das praias do Rio de Janeiro no ano de 1962 e de atualmente.

2. Quando *Tom Jobim* e *Vinicius de Moraes* compuseram *Garota de Ipanema*, em 1962, o Rio de Janeiro tinha metade do número de habitantes de hoje. Havia *espaço de sobra* para que a musa andasse, em doce balanço, a caminho do mar – sem tropeçar. Nos últimos anos, porém, as praias cariocas tornaram-se *lugares quase intransitáveis*. *Não apenas porque há mais gente*.

Sob o mesmo enfoque, esse trecho cria uma antítese com as expressões “lugar de sobra” e “lugares quase intransitáveis”, para dizer que a falta de ‘espaço’ não se deu apenas pelo aumento do número de pessoas, mas deixa em suspense o motivo, para retomar na próxima oração.

3. O *maior tumulto* é provocado pela *turba de barraqueiros, camelôs e flanelinhas* que *tomou conta do pedaço*.



O termo “maior tumulto” remete à presença das pessoas indesejadas, que o autor chama de “turba de barraqueiros”. A escolha da palavra “turba” para referir os trabalhadores informais é repleta de significado. Segundo o dicionário informal online (2007): “A ‘turba’ é um fenômeno social primitivo das cidades pré-capitalistas. Pode-se dizer que a ‘turba’ era formada pelos pobres urbanos, assalariados ou não, que, em tumulto ou em rebelião, saíam pelas ruas fazendo arruaça e saques”. Já a palavra “barraqueiros” possui um duplo sentido. Pode ser entendida como aqueles que montam suas barracas, mas também pode ser entendida como pessoas que costumam causar algazarras, atrapalhar a ordem, pessoas que “fazem barraco”.

Percebe-se, portanto, como a coesão lexical, ao utilizar palavras que pertencem ao mesmo grupo semântico “tumulto”, “turba”, “barraqueiros”, e ainda “camelôs” e “flanelinhas” (ao invés de trabalhadores informais), representa um modo significativo de trabalho ideológico do produtor do texto. Quanto à expressão “tomou conta do pedaço”, pode ser traduzida como “apropriou-se do que não é seu”.

Nessa mesma perspectiva, o autor continua seu texto, associando a convivência de pessoas pertencentes a diferentes classes sociais no mesmo espaço (público) como falta de organização:

4. A ideia de que *a orla do Rio* era um espaço de convivência *extremamente* democrático serviu apenas como pretexto para a *falta de organização*. A *baderna* se espalhou.

Não por acaso, essa convivência é categorizada por ele como “baderna”.

No trecho a seguir, merece destaque a metáfora “pôr ordem na casa”, que remete a um diálogo com o leitor, ou seja, por ordem na “nossa” casa, com o fim de propiciar um consenso de supremacia de uma classe e domínio socioeconômico do espaço público.

5. Neste verão, a prefeitura do Rio resolveu *pôr ordem na casa*.

São passagens como essa, da comunicação voltada para a compreensão e baseada no reconhecimento do outro do discurso (o interlocutor), através de uma comunicação persuasiva, que propiciam aos meios de comunicação estar no centro de um processo de ruptura entre as estruturas de comunicação da sociedade e as demandas comunicativas da democracia – ou seja, caracteriza-se na manipulação informativa. Da perspectiva da liberdade como autonomia, esse é um problema grave, pois os cidadãos, ou melhor, os sujeitos privados que constituem a opinião pública são alienados de sua função crítica nas discussões públicas (BOBBIO, 1992).

6. A primeira providência foi dar um *banho de loja* nas barracas que funcionam como ponto de venda de bebidas e de aluguel de cadeiras e guarda-sóis. *Em vez das tendas improvisadas* e das *caixas de isopor imundas*, espalhadas pela areia, só serão permitidas *barracas padronizadas* e *caixas térmicas de plástico*.



Nesse trecho, o autor trabalha com a expressão “banho de loja” para dar status de prestígio à providência tomada. Propositadamente também utiliza uma antítese, marcada pela expressão conectiva “em vez de”, para fazer transparecer como essa ação foi, sob seu ponto de vista, benéfica, através do jogo de palavras “tendas improvisadas”/ “barracas padronizadas”, “caixa de isopor imundas”/ “caixas térmicas de plástico”.

7. Desde o início do ano, a prefeitura já vinha tentando acabar com a *bagunça* provocada pelos *barraqueiros*. Eles *estacionavam Kombis velhas* nos *melhores pontos* em frente à praia *apenas* para servir como *depósito de seus produtos*.

Nesse trecho, vale chamar a atenção para a oração “Eles *estacionavam Kombis velhas* nos *melhores pontos* em frente à praia”. Nessa oração, identifica-se o uso de um verbo de ação “estacionavam” e a caracterização dos veículos dos “barraqueiros” como “kombis velhas”. O fato de o autor utilizar a expressão “Kombis velhas” para se referir aos veículos utilizados pelos trabalhadores informais nas praias cariocas traz uma reflexão a respeito da concentração de poder cultural e comunicativo que busca a naturalização de hierarquias sociais. Essa oração é seguida por esta oração adverbial final: “*apenas* para servir como *depósito de seus produtos*”. Com essa oração subordinada, o autor demonstra indignação em relação ao fato de os veículos mencionados ocuparem “os melhores pontos”, aqueles que deveriam ser reservados a certa classe social, de forma que essa colocação pode representar um foco de luta ideológica. A análise desse trecho mostra que, ao tratar de temas da esfera pública de maneira subjetiva, a reportagem em análise compromete o caráter democrático da comunicação. Afinal, sob um discurso aparentemente neutro e informativo, defende que há segmentos sociais superiores a outros e que cada classe deve ocupar o seu lugar reservado na desigualdade de poder.

8. Depois de algumas tentativas de *driblar a fiscalização*, as *sucatas* desapareceram e *um esquema de abastecimento racional* foi adotado. Mas persistiam as *barracas*, de *aparência lastimável*, que *começam a ser removidas agora*.

Ao examinar esse trecho, verifica-se que as pessoas a quem o autor se refere são por ele representadas como pessoas que buscam infringir uma lei, porque tentam “driblar a fiscalização”. Continuando suas considerações, o autor mantém a coesão lexical abordando de forma pejorativa os veículos e barracas por meio das expressões “sucatas” e “de aparência lastimável”.

No trecho, há duas ocorrências de orações na voz passiva: “um esquema de abastecimento racional foi adotado” e “as barracas, de aparência lastimável, que começam a ser removidas agora”. Nessas construções, foram omitidos os agentes. Essa omissão pode se dever à busca do jornalista por ocultar os agentes repressores, que, em sua ação de remover os trabalhadores informais, podem ter se valido de ações violentas. Ligando os enunciados, o conectivo “mas” é um conectivo contra-argumentativo, que opõe as ideias de “abastecimento racional” e “barracas de aparência lastimável”, a fim de fortalecer a mensagem de soberania da esfera privada em detrimento do princípio da comunidade.



O trecho a seguir é significativo, por duas razões. Em primeiro lugar, mostra que, para o jornalista e para a classe social a que pertence, a inspeção ou a ação dos agentes reguladores/repressores deve ser rigorosa. Por isso, ele pode dizer que “a inspeção ainda deixava a desejar”. Ele deseja, portanto, uma fiscalização mais enérgica. Em segundo lugar, os vendedores são representados como criminosos, já que vendem “produtos proibidos”:

9. Até a semana passada, a inspeção ainda deixava a desejar. *Vendedores com produtos proibidos* estavam em atividade, havia animais na areia e praticantes de futebol na beira d’água.

O leitor pode ser levado a entender que não há problema algum no fato de a fiscalização agir de forma enérgica e violenta contra os vendedores, pois, afinal, são criminosos.

10. Os *ambulantes* esperavam o momento em que os fiscais iam embora para *invadir* a praia.

Essa formulação atinge o ápice da mensagem que o autor quer passar. Ela traz a ideia de que esses “ambulantes” invadem um espaço que não lhes pertence. O verbo “invadir” deixa bem clara a visão subjetivamente privada que o autor passa desse espaço público. Da forma como foi apresentado, esse argumento traduz como podem figurar os processos de luta hegemônica sobre a estrutura das ordens de discurso.

No trecho abaixo, o trabalho de “barraqueiros”, “ambulantes”, “flanelinhas”, “camelôs” é categorizado como um “problema”, que tende a ser resolvido.

11. A prefeitura garante que vai resolver o *problema*. Desde 1999, por exemplo, a prefeitura procura implantar um estilo de quiosque que substitua os pesadões modelos de madeira por instalações modernas, de ferro e vidro. Elas funcionam como ponto avançado de restaurantes conhecidos da cidade e contam com banheiros e cozinha no subsolo.

No trecho abaixo, como único entrevistado da reportagem, o “secretário municipal de Ordem Pública” fala da ‘fiscalização’, e o jornalista o representa prometendo agir com severidade. Verifica-se, assim, a incorporação de apenas um único ponto de vista, exatamente o ponto de vista do agente repressor. Não se ouvem as vozes dos vendedores afetados pelas medidas excludentes.

12. “Quero ver como o esquema funciona durante duas semanas de praias lotadas, antes de ampliar as ações”, diz o *secretário municipal de Ordem Pública*, Rodrigo Bethlem. “A fiscalização será severa”, afirma.

Neste outro trecho, o autor utiliza-se do verbo “civilizar” para fortalecer a ideia de que esse espaço pertence à classe social dominante, como construção da realidade a partir de sua identidade social.

13. As tentativas de *civilizar* a orla do Rio não são recentes.



Nessa perspectiva, o jornalista procura articular a ideia de dominação do espaço público, já que, para o jornalista, “civilizar” significa banir da praia quem é da periferia e da favela, locais que representam, em sua ótica, um outro mundo ou o lugar da desordem, do crime, da violência.

14. Apenas em 2005 se começou a tirar a ideia do papel, mas a iniciativa esbarrou em uma série de *pendências judiciais*, promovidas pelos *chatos de plantão*. A consequência é que somente 28 dos 309 quiosques previstos ficaram prontos. Eles deveriam ocupar quase toda a orla balneável da cidade, desde as praias da Zona Sul até a Prainha, ponto extremo da Zona Oeste. Por causa dos *tropeços nos tribunais*, foram instalados apenas no Leme e em parte de Copacabana, e não há previsão para a retomada do projeto.

Nessa parte da reportagem, o autor passou uma imagem pejorativa do judiciário por causa das “pendências judiciais”, e ainda os Juízes são chamados de “chatos de plantão” por interromper as atividades de “civilização” da orla das praias. Desconsiderou-se o Poder Judiciário como responsável pelo exercício da jurisdição, consistente na atividade pela qual o Estado presta tutela jurisdicional. A expressão “tropeços nos tribunais” reforça a mensagem da visão do Judiciário apenas como um problema ou um entrave para a consecução dos objetivos desejados. Essa construção tende a contribuir para a desarticulação da correlação dialética entre ordem e poder através da transcendência da ordem de discurso societária.

No segmento abaixo, o uso da expressão “choque de ordem” pode ser percebida como reprodutora de interesses e objetivos de seu autor ou do lugar ideológico de que ele faz parte.

15. As próximas praias a receber o “choque de ordem” serão justamente Leme e Copacabana.

Em diálogo interdiscursivo, essa expressão faz lembrar “choque de gestão”, noção própria da ideologia neoliberal. No modelo neoliberal, as decisões políticas nem sempre tratam do bem-estar da comunidade, mas sim das regras de manutenção e conquista do poder. Nesse ponto, o embate entre noções de interesses privados e públicos, no âmbito da concepção do constitucionalismo pós-moderno, diverge daquela impetrada pela ortodoxia liberal: enquanto a primeira vê a concentração da propriedade como um problema, a segunda nega a própria existência desse problema, apoiando-se no argumento da competição e do livre mercado (LENZA, 2010).

16. A prefeitura *elevou o número de fiscais*. Antes eram apenas vinte para os 43 quilômetros de praia da cidade. Agora são 143, quantidade que, se não resolve o problema, *augmenta a capacidade de vigiar* pelo menos os pontos mais frequentados. Em um único fim de semana do alto verão circulam no trecho entre Arpoador, Ipanema e Leblon 400 000 pessoas, o equivalente à população de Porto Velho, capital de Rondônia. Em breve, haverá o *reforço da tecnologia*. Serão usadas miniaeronaves para monitorar as operações na areia. Importadas de Israel, elas têm câmeras acopladas que transmitem a imagem em tempo real e chegam a 4.500 metros de altura.



Mais uma vez, nesse trecho, cria-se uma identidade negativa desses ‘ocupantes’ indesejáveis da praia, demonstrando que o fato de a prefeitura ter “elevado o número de fiscais” “aumenta a capacidade de vigiar”, além do “reforço da tecnologia”, tudo favorecendo a manutenção da privacidade subjetiva de uma esfera privada de ocupantes que merecem desfrutar do espaço público da praia.

No segmento final do texto, o artigo definido “o” e a oração restritiva “que aplaude o pôr do sol em Ipanema” especificam o carioca com quem o jornalista dialoga, ou seja, aquele que se identifica com essa reportagem, o cidadão “civilizado”, pertencente à classe social dominante que vai à praia não para vender “produtos proibidos” ou montar “barracas com aparência lastimável”, mas sim para aplaudir o pôr sol em Ipanema.

17. Nada disso será suficiente, no entanto, se os próprios banhistas não fizerem sua parte. *O carioca* que aplaude o pôr do sol em Ipanema *precisa aplaudir a organização* e não burlar a lei.

Em toda a reportagem, essa versão estereotipada da esfera pública, que remete a interesses de uma determinada classe, representa a desigualdade social expressa e legitimada através do discurso.

Considerações Finais

Com base nas análises, pode-se verificar que os mecanismos utilizados na reportagem contribuem para reforçar o caráter ideológico de subjetividade privada em que se apresenta a esfera pública. A imprensa contribui para construir um senso comum de supremacia de classe e domínio socioeconômico, favorável aos interesses hegemônicos, utilizando o Discurso como prática social para manter e estabelecer esses interesses.

Essa dominação informacional, protagonizada pelos meios de comunicação, constitui a subversão do espaço público, haja vista a missão da Revista *Veja* deixar claro que esse veículo pretende “consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil”, a fim de que seus leitores entendam melhor o mundo. Que mundo? Esse é representado pelo posicionamento ideológico do autor, através de uma comunicação persuasiva com seu interlocutor, a fim de promover um processo de ruptura entre as estruturas de comunicação da sociedade e as demandas da democracia, utilizando-se da manipulação informativa.

Na perspectiva adotada neste trabalho, não basta conhecer o significado literal das palavras. É preciso saber reconhecer que o sentido das palavras pode variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção. Ao entender o uso da linguagem como prática social, concebe-se o Discurso como um modo de ação, com o qual o locutor pode agir sobre o mundo e sobre os outros. Explica Foucault (1996, p.10) que “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.



Essa luta hegemônica sobre a estrutura das ordens do discurso, como fez o autor na construção de seu texto, incorporando apenas o ponto de vista do agente repressor, compromete o caráter democrático da comunicação, representando a construção da realidade a partir de sua identidade social. Essa concentração de poder comunicativo e cultural suscita o empobrecimento do horizonte cultural.

Destarte, a significação do enunciado é obtida pela relação entre a linguagem e o mundo, de forma que existe uma relação dialética entre discurso e estrutura social, ou seja, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social. O discurso contribui para formar relações consensuais de identidade sociais.

Nesse contexto, a análise crítica realizada apontou que a mídia hegemônica busca naturalizar hierarquias sociais. Portanto, essa aproximação da Linguística com as Ciências Sociais contribui para a interpretação das relações sociais e ilumina a luta por emancipação, encorajando a resistência ao discurso como construção social da realidade.

Essa concepção contra hegemônica pretendida nesse trabalho busca atender para a perspectiva do princípio do interesse público enquanto produção da cidadania, em prol de um bem comum a todos os cidadãos, com o fim de se reduzirem as desigualdades e de se promover o bem, sem quaisquer formas de discriminação.

No entendimento de Habermas (1984), o que é determinante é o argumento racional e não o poder e os privilégios, a classe social ou qualquer outro tipo de influência. Uma vontade individual ou de grupos não pode ser imposta. Por isso, as vontades individuais precisam ser transformadas em uma vontade geral. Esta deve ser construída racionalmente. Sendo assim, o caminho para uma autêntica esfera pública seria a construção de uma opinião pública que leve a uma tomada de decisões que atendam a essa vontade geral.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.
- COMPARATO, F. K.. **A afirmação históricas dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DICIONÁRIO ONLINE INFORMAL. **Significado de Turba**. 2007. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/turba/>. Acesso em: 22 maio 2015
- EDITORA ABRIL. Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acesso em: 12 jun 2015.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- _____. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa científica. **Revista Linha d'Água**, n. 25 (2), p. 307-329, 2012. (tradução de Iran Ferreira Melo)



- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LIMA, V. A. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MORAES, D. de. Comunicação, Hegemonia e Contra - hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.
- LENZA, P. **Direito Constitucional Esquemático**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- POLANYI, K. **A grande transformação: As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RAMONET, I. **A Tirania da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice o social e o político na pós modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- THOMPSON, J.B. **Ideology and modern culture**. Cambridge: Polity Press, 1990 (tradução de Débora de Carvalho Figueiredo).
- VELOSO, M. do S. F. Imprensa e Contra-hegemonia na Amazônia: o caso do Jornal Pessoal. **Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 10, n. 21, p. 49-57, jan.-abr. 2009.
- WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004.

Recebido em 11 de maio de 2015.

Aprovado em 15 de março de 2016.

Bruna Avelar

Possui graduação em Letras bacharelado pelo Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos/ UNIFEOB-SP; graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade José do Rosário Vellano/ UNIFENAS-MG, cursa mestrado em Gestão Pública e Sociedade na Universidade Federal de Alfenas/ UNIFAL-MG - campus Varginha. Trabalha na sociedade de advogados M. Sarques Advocacia Especializada. Email: brunacmouraavelar@hotmail.com

Gustavo Ximenes Cunha

É doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e Professor Adjunto da Faculdade de Letras dessa mesma instituição. Email: ximenescunha@yahoo.com.br

ANEXO – REPORTAGEM COMPLETA

Sol, mar e organização

A prefeitura do Rio promove um choque de ordem para acabar com a balbúrdia em que se transformaram as praias cariocas

Quando Tom Jobim e Vinicius de Moraes compuseram *Garota de Ipanema*, em 1962, o Rio de Janeiro tinha metade do número de habitantes de hoje. Havia espaço de sobra para que a musa andasse, em doce balanço, a caminho do mar – sem tropeçar. Nos últimos anos, porém, as praias cariocas tornaram-se lugares quase intransitáveis. Não apenas porque há mais gente. O maior tumulto é provocado pela turba de barraqueiros, camelôs e flanelinhas que tomou conta do pedaço. A ideia de que a orla do Rio era um espaço de convivência extremamente democrático serviu apenas como pretexto para a falta de organização. A baderna se espalhou. Neste verão, a prefeitura do Rio resolveu pôr ordem na casa. A primeira providência foi dar um banho de loja nas barracas que funcionam como ponto de venda de bebidas e de aluguel de cadeiras e guarda-sóis. Em vez das tendas improvisadas e das caixas de isopor imundas, espalhadas pela areia, só serão permitidas barracas padronizadas e caixas térmicas de plástico. O número de barraqueiros, agora uniformizados, foi reduzido. No primeiro trecho em implantação, que compreende as praias do Arpoador, Ipanema e Leblon, baixou de 300 para 193.

Desde o início do ano, a prefeitura já vinha tentando acabar com a bagunça provocada pelos barraqueiros. Eles estacionavam Kombis velhas nos melhores pontos em frente à praia apenas para servir como depósito de seus produtos. Depois de algumas tentativas de driblar a fiscalização, as sucatas desapareceram e um esquema de abastecimento racional foi adotado. Mas persistiam as barracas, de aparência lastimável, que começam a ser removidas agora. Essa é a parte mais visível do plano, que inclui o aumento da fiscalização para fazer valer uma série de restrições que já existiam e não eram cumpridas. É o caso dos jogos de frescobol ou das onipresentes rodas de jogadores que controlam a bola de futebol sem deixá-la cair no chão. Até a semana passada, a inspeção ainda deixava a desejar. Vendedores com produtos proibidos estavam em atividade, havia animais na areia e praticantes de futebol na beira d'água. Os ambulantes esperavam o momento em que os fiscais iam embora para invadir a praia. A prefeitura garante que vai resolver o problema. “Quero ver como o esquema funciona durante duas semanas de praias lotadas, antes de ampliar as ações”, diz o secretário municipal de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem. “A fiscalização será severa”, afirma.

As tentativas de civilizar a orla do Rio não são recentes. Desde 1999, por exemplo, a prefeitura procura implantar um estilo de quiosque que substitua os pesadões modelos de madeira por instalações modernas, de ferro e vidro. Elas funcionam como ponto



avançado de restaurantes conhecidos da cidade e contam com banheiros e cozinha no subsolo. Apenas em 2005 se começou a tirar a ideia do papel, mas a iniciativa esbarrou em uma série de pendências judiciais, promovidas pelos chatos de plantão. A consequência é que somente 28 dos 309 quiosques previstos ficaram prontos. Eles deveriam ocupar quase toda a orla balneável da cidade, desde as praias da Zona Sul até a Prainha, ponto extremo da Zona Oeste. Por causa dos tropeços nos tribunais, foram instalados apenas no Leme e em parte de Copacabana, e não há previsão para a retomada do projeto.

As próximas praias a receber o “choque de ordem” serão justamente Leme e Copacabana. A prefeitura elevou o número de fiscais. Antes eram apenas vinte para os 43 quilômetros de praia da cidade. Agora são 143, quantidade que, se não resolve o problema, aumenta a capacidade de vigiar pelo menos os pontos mais frequentados. Em um único fim de semana do alto verão circulam no trecho entre Arpoador, Ipanema e Leblon 400 000 pessoas, o equivalente à população de Porto Velho, capital de Rondônia. Em breve, haverá o reforço da tecnologia. Serão usadas miniaeronaves para monitorar as operações na areia. Importadas de Israel, elas têm câmeras acopladas que transmitem a imagem em tempo real e chegam a 4.500 metros de altura. Nada disso será suficiente, no entanto, se os próprios banhistas não fizerem sua parte. O carioca que aplaude o pôr do sol em Ipanema precisa aplaudir a organização e não burlar a lei.

(Revista *Veja*, 06/01/2010)